



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Relatório INSP-2020-0147

BI-2020-0087

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 28/10/2020

Hora: 15h20

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Seguimento

Inspetor responsável: Luis MAS. Machado

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto. Inspeção de seguimento da inspeção com a referência BI-2019-0066 e verificação do cumprimento da notificação com a referência SAI-N-2020-0116. No local foi contactada a responsável de laboratório, Marlene do Rosário Brasil.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Santa Catarina Industria Conserveira, SA

NIPC/NIF: 512044899

Sede/morada: Rua do Roque, 9 - Fajã Grande

Código Postal: 9850-079

Freguesia: Calheta

Concelho: Calheta (São Jorge)

Ilha: Ilha de São Jorge

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Fábrica de Santa Catarina

Endereço: Rua do Roque, 9 - Fajã Grande

Código Postal: 9850-079

Freguesia: Calheta

Concelho: Calheta (São Jorge)

Ilha: Ilha de São Jorge

Atividade principal: 10203 - Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos

Outras atividades: -

Período de funcionamento: 8h30 – 17h30

Licenciamento da atividade: Autorização de Laboração emitida pela DRAIC em 13/05/2011
N.º Controlo Veterinário C 213 1P



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

Na notificação SAI-N-2020-0116, o operador foi notificado para dar cumprimento às seguintes medidas, no prazo de 30 dias úteis:

1. Proceder à identificação dos locais/recipientes de armazenagem de resíduos com o nome comum do resíduo e respetivo código LER;
2. Remeter o plano interno de prevenção e gestão de resíduos para aprovação da Direção Regional do Ambiente (DRA);



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

3. Obter, junto da Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território (DSRHOT) da DRA, da Licença de Descarga de Águas Residuais;
4. Proceder à monitorização pontual, a realizar duas vezes em cada ano civil, com um intervalo mínimo de dois meses entre medições, às emissões dos poluentes atmosféricos provenientes da caldeira;
5. Cumprir, na próxima monitorização atmosférica, com o VLE para o poluente Níquel;
6. Comprovar o correto encaminhamento para Operador de Gestão de Resíduos licenciado das cinzas volantes provenientes da caldeira (LER 100104*);
7. Dotar os equipamentos que contenham gases fluorados com efeito de estufa em quantidades iguais ou superiores a 500 toneladas equivalentes de CO₂, nomeadamente para o tanque de congelação que dispõe de 1594 TECO₂ de R-507A, com um sistema de deteção de fugas que alerte o operador ou uma empresa de assistência técnica de qualquer fuga, conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014, de 16 de abril.

2.2 – Descrição da situação observada

Através de email o operador remeteu, em 19/05/2020, um Plano de Ação Corretiva, relativo às irregularidades identificadas na inspeção INSP-2020-0055 e comprovou a regularização das medidas acima descritas nos pontos 1, 2, 4, 5 e 6, da seguinte forma, respetivamente:

- I. Procedeu à identificação dos locais/recipientes de armazenagem de resíduos com o nome comum do resíduo e respetivo código LER;
- II. Atualizou e remeteu o Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos (PIPGR) para a DRA para aprovação, tendo o mesmo sido aprovado por essa entidade em 29/04/2020 através da comunicação com a referência SAI-DRA/2020/1962;
- III. Procedeu à monitorização pontual às emissões dos poluentes atmosféricos provenientes da caldeira em 21/11/2019 (Relatório n.º MG620-2.2038-A/19), em que todos os poluentes monitorizados encontravam-se abaixo dos VLE, e comprovaram, através de email, a adjudicação à empresa PEDAMB a 1.ª campanha de monitorização de 2020 para a primeira semana do mês de julho. Aquando da inspeção já tinham realizado a 1.ª campanha de 2019, em 1/8/2019;
- IV. Na segunda monitorização atmosférica de 2019, realizada em 21/11/2019, cumpriam com os VLE de todos os poluentes monitorizados;



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

- V. Apresentou a e-GAR comprovativa do correto encaminhamento para Operador de Gestão de Resíduos licenciado das cinzas volantes provenientes da caldeira (LER 100104*). As cinzas volantes (0,06 toneladas) foram encaminhadas para o CPR de São Jorge em 28/01/2020;

Relativamente às medidas 3 e 7, referiu à data o seguinte, respetivamente:

- VI. Iria submeter o pedido, junto da DSRHOT, da licença de descarga de águas residuais;
- VII. Adjudicou a aquisição do equipamento para deteção de fugas para o tanque de congelação em salmoura, que dispunha de 1594 TECO2 de R-507A. O orçamento referente a esse equipamento (BACHARACH MGS-450) n.º 096/2020, de 08/05/2020, foi apresentado pela empresa FRINCOR – Frio Industrial e Comercial, Lda.

Na inspeção de seguimento, realizada em 27/10/2020, foi possível verificar que, relativamente às medidas pendentes (3 e 7, respetivamente):

- a. Comprovou ter submetido, em 12/11/2020, o pedido de licenciamento da descarga de águas residuais, referência AHA/TURH-RH1/012;
- b. Comprovou através de fotografias e ficha de intervenção interna, remetidas em 09/11/20120, a instalação do equipamento para deteção de fugas para o tanque de congelação em salmoura (BACHARACH MGS-450).

Foram, ainda, solicitados, e posteriormente remetidos, os seguintes documentos:

- Boletins de análise das águas residuais realizadas em 2020, tendo sido remetidos os relativos a recolhas efetuadas em 20/07/2020 e 17/08/2020, sendo esta última relativa a uma amostra composta por 4 tomas distribuídas temporalmente no período de laboração. Em ambas as análises, a quase totalidade dos parâmetros não cumprem com os VLE;
- Relatório das monitorizações atmosféricas realizadas em julho de 2020, foi-nos remetido o relatório da monitorização realizada à caldeira em 7/7/2020, em que o valor do poluente partículas é superior ao respetivo VLE;
- Fichas de intervenção relativa à verificação periódica de deteção de fugas, realizadas de 3 em 3 meses, no ano de 2020, para o tanque de congelação, tendo sido apresentadas as fichas, devidamente preenchidas, das intervenções realizadas em dezembro de 2019 e março, junho e setembro de 2020;
- Declaração submetida à APA relativa à existência de gases fluorados, referente ao ano de 2019, tendo a mesma sido remetida. Os dados foram comunicados à APA em 10/02/2020.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Assim, relativamente às irregularidades identificadas na inspeção realizada em 12/06/2020, as mesmas foram todas regularizadas, sendo que a relativa ao licenciamento da descarga de águas residuais encontra-se em fase de resolução.

Foram sim, identificadas duas novas irregularidades, uma relativa ao não cumprimento dos respetivos VLE da quase totalidade dos parâmetros nas análises à água residual descarregada pela unidade fabril e a outra relativa ao não cumprimento do VLE para o poluente partículas, na monitorização atmosférica realizada à caldeira em 7/7/2020.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) Incumprimento, na monitorização realizada em 7/7/2020, do VLE para o poluente Partículas. O incumprimento do valor limite de emissão (VLE), em violação do disposto no artigo 51.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, constitui contraordenação grave, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 93.º, do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €12 000 a €216 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 3);
- b) Incumprimento, nas análises à águas residuais descarregadas no mar realizadas em 20/07/2020 e 17/08/2020, dos VLE definidos no Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto, para a quase totalidade dos parâmetros. A descarga de águas residuais biodegradáveis provenientes de instalações que representem mais de 4000 equivalente de população, caso seja o caso, e que não passem por estações de tratamento de águas residuais urbanas antes da descarga nas águas recetoras sem as condições estabelecidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009/A, de 19 de outubro, viola o disposto no n.º 1 do artigo 28.º do desse diploma, constituindo contraordenação grave, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 57.º, do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €12 000 a €216 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 3).

4 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo BI-2019-0065
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: